

MP da microempresa resulta de acordo com Congresso, diz Arruda

Medida traz simplificação tributária, tira muitos estabelecimentos da economia informal e alarga base de contribuintes, avalia líder do governo ao destacar a ação do Legislativo

Governador japonês quer intercâmbio

O governador da província japonesa de Saitama, Yoshihiko Tsuchiya, foi recebido ontem no Senado pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), junto com o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL).

O governador defendeu o intercâmbio de técnicos do Brasil e do Japão.



A medida provisória que instituiu imposto único para pequenas e microempresas representará "enorme simplificação tributária" e permitirá a inserção na economia formal de um grande número de estabelecimentos que hoje atuam informalmente. A avaliação foi feita ontem pelo líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao anunciar que o presidente Fernando Henrique Cardoso assinaria uma medida provisória com o objetivo de desonerar as empresas desse porte, o que acabou se confirmando no final da tarde. O aumento da base de arrecadação contrabalançará a diminuição das alíquotas e não significará queda na receita tributária do governo, frisou.



Arruda

Segundo o senador, será considerada microempresa aquela que tenha faturamento anual de até R\$ 120 mil e pequena empresa a que faturar até R\$ 720 mil ao ano. O governo optou por uma MP para assegurar a introdução das mudanças já a partir de 1997.

A medida provisória, como disse o líder do governo, é fruto de entendimentos políticos com lideranças do Congresso Nacional, principalmente com o presidente do Senado, José Sarney, autor do projeto de Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, aprovado no Senado e tramitando na Câmara dos Deputados.

Melo: "Orçamento é para ser obedecido"

"Ou valorizamos o Orçamento ou a reforma do Estado não passará de ilusão, promessa inócua e sem sentido para a sociedade brasileira", advertiu ontem o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), ao sustentar que a lei orçamentária não é uma mera peça autorizativa, mas uma norma legal a ser cumprida no curso de um ano e cuja obediência não pode ficar sujeita à vontade de cada ministro. Ele entende que só assim o Brasil poderá modernizar-se.

- Ao sair do Congresso e ser sancionado e publicado, o Orçamento é uma lei como qualquer outra, mas com características bastante definidas. Se não há orçamento, não deve haver despesa alguma. Se existe, é uma lei



Geraldo Melo

em vigor. A questão é que essa lei é interpretada por muitos como uma autorização para justificar a atitude generalizada de que o Executivo não tem obrigação de ser o executor do que ali está escrito. Nisso está o ponto crucial: esta é uma lei para ser executada, obedecida e cumprida - acrescentou.

Depois de lembrar que a Comissão Mista de Orçamento começa a se preparar para receber os pareceres dos sub-reatores da matéria, Geraldo

Melo disse que no Brasil pensa-se, equivocadamente, que todas "as mazelas que caracterizam a lei orçamentária são de responsabilidade dos parlamentares e de suas emendas individuais".

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que, assim como Humberto Lucena (PMDB-PB) e Ney Suassuna (PMDB-PB), é autor de projeto destinado a regulamentar artigos da Constituição referentes à lei orçamentária. Bernardo Cabral (PFL-AM) apartou para dizer que, em assunto orçamentário, "o governo despreza o essencial para ficar com o acessório".

A execução do Orçamento foi também criticada por Ademir Andrade (PSB-PA).

Ademir cobra respeito ao Orçamento

Senador critica governo por não liberar recursos para obras previstas em emendas dos parlamentares, canceladas por simples decreto do presidente da República



Lúcio Alcântara

Alcântara propõe discutir mudança na administração

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dirigiu ontem apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Administração, Bresser Pereira, para que a proposta do governo de criação das Organizações Sociais e Publicização seja adotada através de projeto de lei, e não por medida provisória, para evitar que o Legislativo seja excluído do debate.

Alcântara frisou que o objetivo do governo é permitir a transferência de entidades do setor estatal para o setor público não-estatal, onde assumirão a forma de organizações sociais. No Brasil, lembrou ele, já existe um caso de sucesso, que é o da Associação das Pioneiras Sociais, administrada sob a forma de contrato de gestão.

Lúcio Alcântara lembrou iniciativas tendentes a modernizar a administração pública adotadas pelo governo JK, com a criação de fundações, e em 1967, com o Decreto-Lei nº 200.

O líder do PSB, senador Ademir Andrade (PA), cobrou ontem do Executivo a liberação de recursos destinados ao Pará por meio de emendas à Lei Orçamentária de 1996. Ele disse que nenhuma verba oriunda de emendas de parlamentares foi liberada no decorrer deste ano, prejudicando importantes projetos que se encontram em andamento na região, principalmente os relativos a pavimentação de estradas federais e estaduais, conclusão de hidrovias, além da extensão de linhas de energia elétrica e outros.

- Todas as emendas foram vetadas ou canceladas por decreto pelo "Imperador" - disse

Ademir, lembrando que Fernando Henrique Cardoso, durante sua campanha para presidente da República, "prometeu, em todos os palanques do estado, ao governador Almir Gabriel que destinaria, caso fosse vitorioso, a quantia de R\$ 2 bilhões ao Pará". Conforme o senador, o Presidente não tem demonstrado a mínima disposição para cumprir essa promessa, "assim como tantas outras".

Para tentar a liberação dos recursos, informou Ademir Andrade, a bancada do Pará enca-



Ademir Andrade

minhou à Comissão de Orçamento dez propostas à Lei Orçamentária de 1997, repetindo emendas já aprovadas em 1996 e contempladas no antigo "Jumbão", cujos recursos foram travados pelo Tesouro. O

senador informou ainda que a quantia proposta pelo Executivo no Orçamento de 1997 para o Pará foi acrescida pela banca paraense em aproximadamente R\$ 105,4 milhões. O acréscimo, explicou, visa a cobrir o prejuízo causado pelas dotações que não foram liberadas anteriormente.

Artur da Távola vê perigos no voto facultativo

Mesmo reconhecendo que a defesa do voto facultativo é "charmosa e sedutora", o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) apresentou ontem quatro argumentos que ele considera imbatíveis para que o Brasil mantenha o voto obrigatório, o qual ele prefere chamar de "voto do dever". O principal argumento do parlamentar é o de que, com o

voto facultativo, os setores manipuláveis da sociedade terão muito mais peso numa eleição que os cidadãos mais esclare-

cidos.

- Por conta da baixa taxa de desenvolvimento do cidadão, há no Brasil um contingente de eleitores levados a votar porque o chefe político manda ou por interferência do poder econômico - argumentou o senador.

Távola sustentou que o voto obrigatório é o exercício de um dever de cidadania, e seu segundo argumento em defesa dessa tese é o de que a Constituição federal consagra direitos e deveres, estando

entre estes o dever do voto.

O terceiro argumento do senador é o de que, quando o voto é um dever, o indivíduo cumpre uma tarefa de formação de cidadania paralela à escolha do governante.

Em seu último argumento, o senador disse que o Brasil não tem o grau de aprofundamento da ação política que atraia o interesse de 30% do eleitorado numa eleição com voto facultativo.

Artur da Távola foi apoiado pelos senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Geraldo Melo (PSDB-RN), José Eduardo Dutra (PT-SE) e José Fogaça (PMDB-RS).



Artur da Távola

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos
11h - Preside a inauguração da Galeria Ninon Accioly Borges, no Centro Gráfico do Senado
14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado
18h30 - Participa do lançamento do romance *Vida, Paixão e Morte de Etelvino Soares*, do jornalista Lustosa da Costa. Sala de Exposições Tem-

porárias - Espaço Cultural da Câmara dos Deputados

PLENÁRIO
14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

ESPECIAL
11h - Apresentação do Coral do Senado durante a inauguração da Galeria Ninon Accioly Borges, no Cegraf.

Emília não aceita corte do tíquete para alimentação

A iniciativa do governo de substituir o tíquete-refeição pela incorporação do seu valor ao salário foi criticada ontem, em plenário,



Emília

pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), ao defender a manutenção do atual sistema.

- Em nome de se corrigir um erro, promove-se um confisco a direitos adquiridos dos trabalhadores, dos quais o acesso ao tíquete-refeição é um dos mais importantes das últimas décadas. Atualmente, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) beneficia cerca de 9,5 milhões de trabalhadores, especialmente os de menor renda, dos quais 5,2 milhões são atendidos pelo Sistema de Refeições e Alimentação Convênio - acentuou.

Emília Fernandes observou que, como os valores dos tíquetes são diferenciados, o cálculo da sua conversão em dinheiro será feito pela média, "o que, de acordo com denúncias de entidades de servidores, terminará por rebaixar o valor até então percebido por um grande número de trabalhadores".

Para a senadora, o PAT garante a alimentação adequada, o aumento da produtividade, a redução de incidência de doenças e a valorização dos trabalhadores. Conforme disse, o programa beneficia também cerca de 100 mil empresas, especialmente as pequenas e médias, que não têm condições de montar grandes cozinhas e restaurantes industriais.

Na opinião de Emília Fernandes, a venda ilegal dos tíquetes deve ser combatida. Em aparte, ela recebeu apoio do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que lembrou o valor insignificante do salário-família.

Mercosul dá mais um passo para constituir Parlamento

Experiência européia foi debatida em reunião com parlamentares daquele continente, segundo relato do senador José Fogaça

A Comissão Parlamentar do Mercosul esteve reunida no último final de semana, em Florianópolis, discutindo formas de viabilização do Parlamento do bloco econômico, cujas decisões teriam de ser obedecidas pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A comunicação foi feita ontem ao plenário pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), vice-presidente da Comissão do Mercosul, e que representou o Senado no encontro.

Pela primeira vez, os parlamentares da Comissão do Mercosul reuniram-se com colegas europeus, ouvindo relatos da experiência de criação do



José Fogaça

Parlamento Europeu. O modelo de representação proporcional dos países europeus, no entanto, segundo Fogaça, não tem condições de ser aplicado ao Mercosul.

- Lá, os países têm uma população parecida e, assim, a representação no Parlamento Europeu se baseia no número de habitantes de cada país. No

Mercosul, isso seria inviável, porque o Brasil, por exemplo, tem uma população quase seis vezes maior que a do Uruguai - informou José Fogaça.

Hoje, as decisões da Comissão Parlamentar do Mercosul são tomadas por consenso, até que se encontre uma forma de representação proporcional dentro do organismo. Foi assinado durante o encontro de Florianópolis um acordo com o Parlamento Europeu, que financiará o treinamento de profissionais do Mercosul, principalmente em universidades européias. O objetivo do treinamento é a estruturação do Parlamento do Mercosul.

Para Hollanda, chegou a hora de promover crescimento econômico

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse ontem que o governo agora precisa partir para uma nova etapa do Plano Real, dando prioridade ao crescimento da economia. "Já é hora de rever o câmbio, diminuir as elevadas taxas de juros e estimular o crédito", comentou.

É primordial, segundo o senador, aumentar a capacidade competitiva da economia brasileira utilizando o modelo dos "Tigres Asiáticos", que, salientou, tiveram como base de suas reformas o crescimento da exportação de manufaturados, a adoção de taxas de câmbio favoráveis e de juros mais baixos, além de investimentos em infra-estrutura e educação.

Joel de Hollanda citou índices comparativos das taxas de crescimento econômico entre o Brasil e países asiáticos, publicados pelo jornal



Joel de Hollanda

Folha de S. Paulo. De acordo com essas informações, entre 1990 e 1994, o Brasil não apresentou crescimento no setor industrial, enquanto na Ásia as taxas variaram de 3,8% a 13,4%.

- Não resta dúvida de que é um cenário complexo, sujeito a constantes turbulências e que exigirá muita competência do governo para ajustar o sistema econômico. Todos nós sabemos que não é nada fácil passar de um cenário de atraso para uma economia moderna e de qualidade - alertou ainda o senador.

Osmar quer votação de projeto para primeiro emprego

O senador Osmar Dias (PR) pediu ontem aos senadores que apressem a votação do projeto de sua autoria que cria o Programa de Incentivo ao



Osmar Dias

Primeiro Emprego. Pelo projeto, empresas que contratarem menores de 14 a 18 anos receberão incentivos fiscais, desde que os jovens estejam matriculados em escolas profissionalizantes.

Ele disse que o projeto é oportuno, lembrando a campanha do governo federal contra o trabalho ilegal de menores de 14 anos. Osmar Dias informou que existem no Brasil 12 milhões de jovens com idade entre 14 e 18 anos, ou seja, cerca de 8% da população. "Com o alto índice de desemprego do momento, o governo deveria dar todo apoio a esse projeto", acentuou.

MP do Cinema deve ser aprovada logo

É o que prevê o senador José Bianco após reunião com representantes do setor, que pedem aos parlamentares acatamento da medida na forma como foi apresentada

A Medida Provisória nº 1515-2/96, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual, deverá ser aprovada pelo Congresso Nacional no menor prazo possível, segundo afirmou o senador José Bianco (PFL-RO), presidente da comissão mista que analisa a MP. Ele se reuniu ontem com cineastas, produtores e distribuidores no Fórum de Debates promovido pela comissão.

Os representantes do setor pediram aos parlamentares que aprovem a MP na forma como foi encaminhada pelo governo. Para o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o apelo deverá ser



José Bianco (centro), no debate com cineastas

atendido, pois "pela primeira vez está havendo consenso em torno de uma medida provisória". José Roberto Arruda (PSDB-DF) ressaltou que o Fórum de Debates reuniu todos

os segmentos que fazem cinema, enquanto Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que sua geração aprendeu a respeitar Nelson Pereira dos Santos e Luiz Carlos Barreto.

Coral do Senado faz sua primeira apresentação

O Coral do Senado, criado há pouco mais de dois meses, faz uma apresentação informal hoje, a partir das 11h, na Diretoria Executiva do Cegraf. Interpretará duas músicas na cerimônia de inauguração da Galeria Ninon Accioly Borges e dos retratos dos ex-presidentes do Conselho de Supervisão e de ex-diretores executivos do órgão.

Nesta sexta-feira, o coral, criado por sugestão de Francisco Braga e regido por Glicínia Mendes, faz sua primeira apresentação aberta, durante o Encontro de Coros de Brasília, no Auditório da Escola de Música (602 Sul), às 20h.

Benedita aponta benefícios da Reforma Protestante

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) fez uma retrospectiva dos benefícios trazidos à ciência e ao pensamento humano pela Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero, há 479 anos.

Segundo a senadora, esse movimento trouxe ao mundo "uma nova filosofia, uma nova interpretação do ser humano, mais livre e responsável".

A seu ver, libertando o homem do medo da ira e da punição de Deus, a Reforma abriu campo às pesquisas e contribuiu para o fim da dominação da arte sacra, "então a única manifestação artística aceita e



Benedita da Silva

produzida".

Benedita lembrou as perseguições sofridas tanto por Lutero como por seus seguidores, inclusive no Brasil colonial. Conforme explicou, a presença evangélica no País passou a ser tolerada a partir da vinda da família real portuguesa, crescendo, depois, com a imigração europeia.

Os evangélicos passaram a ter influência decisiva no desenvolvimento da cidadania em nosso País a partir da fundação da primeira escola pública de estudo das Escrituras, em 19 de agosto de 1955 - disse Benedita.



Odacir Soares

Odacir apóia criação de mais dois territórios

O senador Odacir Soares (PFL-RO) apoiou a intenção do governo de criar dois novos territórios na Amazônia, certo de que os benefícios daí advindos compensarão largamente os recursos necessários à concretização dessa iniciativa.

Segundo o senador, o governo está, com a medida, retomando a discussão das propostas apresentadas pela Comissão de Estudos Territoriais que, em obediência à Constituição, estudou a redivisão territorial brasileira.

Conforme Odacir Soares, essa comissão indicou, entre outras providências, a criação dos territórios federais do Rio Negro e do Alto Solimões, ambos, a seu ver, em áreas estratégicas tanto para a preservação do meio ambiente e defesa das riquezas minerais ali existentes como para a garantia das fronteiras nacionais.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ERNANDES AMORIM, LÚCIO ALCÂNTARA E HENRIQUE LOYOLA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heilival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djulba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal